



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE**  
**GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO COMO INSTRUMENTO DE MELHORIA DE  
PRÁTICAS PRODUTIVAS E PROMOÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM  
ESTUDO DE CASO DO FUSAF**

**SANTARÉM-PA**

**2025**

**DANIELA ALMEIDA CARDOSO**

**FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO COMO INSTRUMENTO DE MELHORIA DE  
PRÁTICAS PRODUTIVAS E PROMOÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM  
ESTUDO DE CASO DO FUSAF**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do grau de Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, na modalidade artigo científico; Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Instituto Ciências da Sociedade. Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Giselle Alves Silva.

**SANTARÉM-PA**

**2025**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA**

- 
- C268f    Cardoso, Daniela Almeida  
        Fundo rotativo solidário como instrumento de melhoria de práticas produtivas e promoção da economia solidária: um estudo de caso da FUSAF. / Daniela Almeida Cardoso. - Santarém, 2025.  
        38 p. : il.  
        Inclui bibliografias.
- Orientadora: Giselle Alves Silva.  
        Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.
1. Economia solidária. 2. Fundo rotativo solidário. 3. Iecosol. I. Silva, Giselle Alves, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 334.098115



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE  
CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

## ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No dez dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, às dezessete horas, realizou-se a Defesa Pública na sala 321, no campus Santarém da Monografia do(a) acadêmico(a) **DANIELA ALMEIDA CARDOSO** (matrícula: 2021013461), intitulada Fundo Rotativo Solidário como instrumento de melhoria de práticas produtivas e promoção da economia solidária: um estudo de caso do FUSAF, sob orientação do(a) Prof.(a) Giselle Alves Silva que compôs a banca examinadora com os professores(as) Luiz Gonzaga Feijão da Silva e Neylane Santana. O(a) presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca e do(a) discente e atribuiu o tempo de vinte a vinte e cinco minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se as considerações e arguição da banca e as respostas do(a) discente. Posteriormente, a comissão reuniu-se para deliberar e apresentou o parecer final com a nota 10,0, atribuindo vinte dias corridos para que o(a) discente entregue a versão final corrigida na biblioteca. Nada mais havendo a tratar, eu, Prof.(a) Giselle Alves Silva, lavrei a presente ata que, após ser lida, será assinada pelos membros da banca.

Prof.(a) Giselle Alves Silva – Orientador(a)

Prof.(a) Luiz Gonzaga Feijão da Silva – Membro da banca

Prof.(a) Neylane Santana – Membro da banca

DANIELA ALMEIDA CARDOSO – Discente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E  
CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 10/03/2025

ATA Nº s/n/2025 - CBGPDR (11.01.08.11)  
(Nº do Documento: 4)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 12/03/2025 09:37 )  
LUIZ GONZAGA FEIJÃO DA SILVA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
ICS (11.01.08)  
Matrícula: ###00186

## RESUMO

O presente artigo aborda o tema Fundos Rotativos Solidários apresentando o Fundo Sustentável da Agricultura Familiar (FUSAF), que se configura como um instrumento de Finanças Solidárias para melhorar as práticas produtivas da Feira de Agricultura Familiar da Universidade Federal do Oeste do Pará. O estudo tem como objetivo compreender a contribuição do Fusaf para o fortalecimento das atividades produtivas e a promoção dos princípios da Economia Solidária entre seus associados. A pesquisa adota uma abordagem empírica, qualitativa e descritiva, utilizando métodos como estudo de caso, pesquisa documental, observação participante e entrevistas com quatro grupos distintos, entre associados que receberam recurso do Fusaf, associados que não receberam o recurso, o Comitê Gestor e a Coordenadora do Projeto. A abordagem do referencial teórico fundamenta-se na Economia Solidária, Finanças Solidárias e Fundos Rotativos Solidários. Os resultados respondem aos objetivos específicos que consiste na descrição do histórico e evolução do Fusaf, avaliar as concessões, aplicações de crédito e o alinhamento aos princípios da economia solidária no Fusaf, bem como a identificação de avanços e limitações enfrentadas pelo fundo. A conclusão do trabalho revela que, o Fusaf promoveu esses princípios, como a Cooperação e Solidariedade, já o princípio da Autogestão não foi plenamente alcançado, uma vez que a coordenação do projeto ainda exerce a gestão direta com o apoio do Comitê Gestor. O artigo demonstra que os Fundos Rotativos Solidários podem ser adaptados e implementados de diversas formas, conforme as realidades locais, como exemplificado pelo estudo de caso do Fusaf.

**Palavras-Chave:** Economia Solidária. Fundo Rotativo Solidário. Iecosol.

## ABSTRACT

This article addresses the theme of Solidarity Revolving Funds, presenting the Sustainable Family Farming Fund (FUSAF), which is configured as an instrument of Solidarity Finance to improve the productive practices of the Family Farming Fair of the Federal University of Western Pará. The study aims to understand the contribution of FUSAF to the strengthening of productive activities and the promotion of the principles of the Solidarity Economy among its members. The research adopts an empirical, qualitative and descriptive approach, using methods such as case study, documentary research, participant observation and interviews with four distinct groups, including members who received resources from FUSAF, members who did not receive resources, the Management Committee and the Project Coordinator. The theoretical framework approach is based on the Solidarity Economy, Solidarity Finance and Solidarity Revolving Funds. The results respond to the specific objectives, which consist of describing the history and evolution of FUSAF, evaluating the concessions, credit applications and alignment with the principles of the solidarity economy in FUSAF, as well as identifying advances and limitations faced by the fund. The conclusion of the work reveals that Fusaf promoted these principles, such as Cooperation and Solidarity, but the principle of Self-Management was not fully achieved, since the project coordination still exercises direct management with the support of the Management Committee. The article demonstrates that Solidarity Revolving Funds can be adapted and implemented in different ways, according to local realities, as exemplified by the Fusaf case study.

**Keywords:** Solidarity Economy. Solidarity Revolving Fund. Iecosal.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 ECONOMIA SOLIDÁRIA .....</b>	<b>11</b>
2.1 Princípios da economia solidária .....	14
<b>3 FINANÇAS SOLIDÁRIAS .....</b>	<b>15</b>
<b>4 FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO.....</b>	<b>16</b>
<b>5 DISCUSSÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS.....</b>	<b>19</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>34</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>38</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar destaca-se por suas características únicas, que a tornam fundamental para o cenário rural. Entre essas peculiaridades estão o uso predominante de mão de obra familiar, o tamanho reduzido das propriedades e uma lógica de produção voltada, primeiramente, para atender às necessidades da própria família (FINATTO; SALAMONI, 2008). Referente ao tamanhos dessas propriedades, a Lei nº 11.326, sancionada em 24 de julho de 2006, determina que para ser agricultor familiar, um de seus requisitos é não deter área maior que 4 módulos fiscais (BRASIL, 2006). Esses módulos, são unidades de medidas, expressos em hectares, e variam de acordo com a região e o município onde se localiza (PASCHOAL, 2024).

Em termos de representatividade, a agricultura familiar no Brasil é uma atividade de grande impacto social e econômico. Isso se baseia nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apontam cerca de 3,9 milhões de agricultores familiares envolvidos nesse setor, desempenhando um papel fundamental não apenas no abastecimento de alimentos frescos e nutritivos, também na promoção da segurança alimentar e nutricional (CONTAG, 2024).

Contudo, apesar da relevância da atividade, “nem sempre o agricultor familiar possui recursos financeiros próprios para financiar a produção” (CASTRO, 2024, p. 153). Como uma das alternativas para resolver essa questão, eles buscam empréstimos em instituições financeiras, com o objetivo de investir na sua produção, por exemplo, para comprar insumos, aquisição de maquinários, realizar obras, entre outros. No entanto, enfrentam dificuldades como altos custos e a elevada burocracia, o que torna o acesso ao crédito mais complicado. Esses desafios tornam mais difícil a continuidade da produção e a manutenção de suas atividades (CASTRO, 2024). Além dos produtores estarem suscetíveis às variáveis externas, como as pragas, mudanças climáticas, variações de preço do mercado, situações no qual fogem do seu controle e tornam esse público necessitado do recurso financeiro.

Nesse cenário, em que o acesso ao crédito é mais complicado, esse público possui uma peculiaridade, que exige uma condição de acesso ao crédito de forma adaptada, como o Fundo Rotativo Solidário (FRS), que é um modelo de Finanças Solidárias, pautado na Economia Solidária. Dentro desse contexto, Silva (2017) afirma que, os participantes do fundo contribuem com recursos financeiros, ou não, para formar uma poupança comum, e através dessa dinâmica, os recursos são reutilizados.

Os “Fundos Rotativos Solidários são instrumentos de finanças solidárias direcionadas às comunidades [...], estes fundos podem ser caracterizados como uma forma de associação de crédito rotativo” (SANTOS, GONÇALVES, 2011, p. 119). Por conseguinte a Economia Solidária, conforme destacado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), é desenvolvida a partir de princípios como a Autogestão, Solidariedade, Cooperação e Dimensão econômica, e através desses princípios, surge a necessidade de criar mecanismos financeiros alinhados a economia solidária, como é o caso das Finanças Solidárias (MTE 2013).

Nesse cenário, foi criado por meio de um projeto de extensão universitário um Fundo Rotativo Solidário para os produtores que comercializam na Feira da Agricultura Familiar (FAF) que está localizada nas dependências da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Ele foi criado como resposta à dificuldade dos produtores em acessar crédito formal para melhorar suas condições de produção. A ideia era que o FRS, fosse gerido de forma participativa pelos próprios produtores, para permitir empréstimos facilitados, promovendo o fortalecimento das suas atividades produtivas (SILVA; SANTANA, 2023). A partir desse contexto, os produtores da FAF manifestaram interesse em participar da criação e adesão ao fundo, que posteriormente seria denominado de Fundo Sustentável da Agricultura Familiar (FUSAF).

Esta feira integra uma das ações do programa da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (IECOSOL), cuja principal missão é apoiar e impulsionar iniciativas de empreendimentos econômicos solidários na região Oeste do Pará. A IECOSOL desenvolve atualmente quatro projetos de extensão, que são: o fortalecimento da Feira da Agricultura Familiar da Ufopa; a assessoria à Associação das Artesãs Ribeirinhas de Santarém; a incubação de empreendimentos de catadores de resíduos sólidos recicláveis, com foco na construção de inovação social; e o apoio ao Empreendedorismo Feminino de Impacto Social, por meio do plantio de um capital semente na comunidade Bela Vista do Juá (UFOPA, 2021).

De forma sintética, o problema de pesquisa é compreender: Como o Fusaf tem contribuído para o desenvolvimento das atividades produtivas dos produtores e para a promoção dos princípios da economia solidária?

Face ao contexto brevemente apresentado, o **objetivo geral** deste referido estudo é compreender como o FUSAF tem contribuído para o desenvolvimento das

atividades produtivas desses agricultores e para a promoção dos princípios da economia solidária.

Para alcançar o objetivo geral, este trabalho se propõe a responder os seguintes **objetivos específicos**:

- a) Descrever o histórico do Fusaf;
- b) Avaliar as concessões, aplicações de crédito e o alinhamento aos princípios da economia solidária no Fusaf;
- c) Identificar os avanços e as limitações enfrentadas pelo Fusaf;

No que tange à justificativa do estudo, do ponto de vista acadêmico, sua relevância está pautada na contribuição significativa desta pesquisa ao explorar a aplicação prática dos princípios da economia solidária por meio do FRS, direcionado aos produtores da FAF da Fusaf. Ao promover uma análise de um FRS, essa pesquisa contribui para a compreensão das potencialidades e desafios associados à metodologia e fortalece o campo de estudo da economia solidária. O estudo oferece ideias sobre como tais modelos podem ser adaptados e replicados em diferentes contextos, na região Norte. Podendo assim contribuir para uma reprodução da metodologia em outros grupos da região.

Esta pesquisa é de grande relevância social, pois busca alcançar um público que muitas vezes enfrentam desafios de inclusão nas políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para o acesso ao crédito, que geralmente são projetadas para grandes empreendimentos. Ao analisar um FRS gerido pelos próprios agricultores, o estudo ressalta a importância de promover a inclusão financeira e social dessa população, garantindo oportunidades para o fortalecimento das suas atividades produtivas e o acesso a recursos que possibilitem o desenvolvimento de suas comunidades.

A justificativa pessoal foi inspirada pela minha experiência como voluntária no projeto Fusaf. Durante o período, pude vivenciar de perto todo o processo de estudo, organização, formalização, captação de recursos e os primeiros empréstimos concedidos ao grupo. Essa vivência despertou um profundo interesse por temas como Economia Solidária, Finanças Solidárias e Fundos Rotativos Solidários. Além disso, a experiência prática permitiu-me aplicar conhecimentos adquiridos ao longo do meu curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (GPDR), com as disciplinas de Organização e Tomada de Decisão, Elaboração de diagnósticos e cenários, elaboração e gerenciamento de projetos na Gestão Pública. Foi possível perceber

como a organização coletiva e a solidariedade foram fundamentais para o sucesso do projeto. Essa trajetória motiva-me a aprofundar o estudo das temáticas, contribuindo para o aprimoramento de práticas que podem transformar a realidade de muitas comunidades.

A pesquisa é caracterizada como um estudo empírico, qualitativo e descritivo, que utilizou como procedimento para coleta dados, um estudo de caso, a pesquisa documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas.

Estudo de caso “constitui um método de pesquisa de um fenômeno social, através da análise de um contexto específico dessa realidade” (COIMBRA; MARTINS, 2014, p. 32). Nesse sentido, o estudo de caso apresentado volta-se para o Fundo Rotativo Solidário desenvolvido para os associados do Fusaf.

Pode-se conceituar que a pesquisa “documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes” (OLIVEIRA, 2007, p. 69). A partir dessa perspectiva, utilizou-se como objeto de estudo o Regimento Interno, Relatórios de Projetos de Extensão e o Portfólio do Fusaf. Tal estratégia foi adotada para compreender a estrutura organizacional, os processos de gestão e as práticas operacionais do fundo.

A observação participante consiste em “se tornar parte de tal universo para melhor entender as ações daqueles que ocupam e produzem culturas, apreender seus aspectos simbólicos, que incluem costumes e linguagem” (PROENÇA, 2007, p. 9). Esse procedimento teve início com minha participação como voluntária do projeto de extensão Fusaf, no período de agosto de 2023 a junho de 2024, foi observado a dinâmica das operações e a interação entre os participantes para criar o Fusaf, isso ocorreu através das reuniões online e presenciais do projeto. O objetivo era coletar dados contextuais que complementam as informações obtidas por meio dos documentos e das entrevistas. Outro momento de observação, foi em maio de 2024, na entrega do primeiro lote de empréstimos do fundo. Por fim, em janeiro de 2025 com a realização das entrevistas para verificar os impactos do Fusaf em suas produções.

Nas entrevistas semiestruturadas elas “combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto” (BONI; QUARESMA, 2005, p.75). Elas foram conduzidas na data 23 de janeiro de 2025, com quatro grupos de participantes. Nessa data não estavam presentes todos os integrantes do fundo na feira, por essa razão foram entrevistados apenas 7 dos 14

produtores, incluindo o membro do comitê gestor. Além de fazer a entrevista com a coordenadora do projeto de extensão.

O primeiro grupo é dos produtores associados, que já receberam o recurso do Fusaf (03 entrevistados), que obteve as perspectivas sobre o impacto do Fusaf nas atividades produtivas e no seu cotidiano. O segundo grupo, também de produtores associados, mas que não receberam o recurso do Fusaf (04 entrevistados), a fim de ouvi-los sobre as perspectivas futuras e sua motivação para participar do fundo. O terceiro grupo é do Comitê Gestor (01 entrevistado), a fim de identificar como eram feitas as tomadas de decisões e a supervisão das atividades do fundo. Por fim, temos o quarto grupo, composto pela Coordenadora do Projeto (01 entrevistada), onde busco entender o papel da gestão e das ações implementadas pelo Fusaf. Complementando a justificativa de ter escolhido esse modelo de entrevista, a “outra vantagem diz respeito à dificuldade que muitas pessoas têm de responder por escrito” (BONI; QUARESMA, 2005, p.75). Por ser um público que possui essa dificuldade, as entrevistas foram guiadas por um roteiro semiestruturado, utilizando o gravador de voz, permitindo flexibilidade para explorar questões da entrevista, a transcrição foi realizada utilizando o site Transkriptor, mediante a isso, foi realizado a análise do conteúdo, que foi interpretado face ao referencial teórico.

O presente trabalho está organizado de forma a fornecer uma compreensão clara e estruturada sobre o objeto de pesquisa. Esta introdução é seguida do referencial teórico, que aborda os conceitos fundamentais da economia solidária e seus princípios, as finanças solidárias e os fundos rotativos solidários. Após, o trabalho aborda a discussão e análise de resultados, e por fim as considerações finais e as referências.

## **2 ECONOMIA SOLIDÁRIA**

A Economia Solidária engloba um conjunto de práticas e iniciativas econômicas fundamentadas na solidariedade, cooperação, autogestão e dimensão econômica (MTE, 2013). Ela é caracterizada também por “concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária” (MTE, 2010, p. 32). Nesse sentido, a supracitada pode ser vista como um modelo que se olha para valores sociais, visto que ela se efetiva junto a esses princípios, e destacando assim, a importância das relações de solidariedade.

Singer (2002) define economia solidária como "outro modo de produção", onde coloca as pessoas e suas necessidades acima do capital. Destacando assim, "as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas solidárias, cuja lógica é oposta ao modo de produção dominante" (PINHEIRO, 2013, p. 89). Dessa forma, ela se posiciona como uma alternativa ao modelo capitalista, oferecendo uma organização econômica que desafia as desigualdades estruturais e beneficia os menos favorecidos, como os agricultores familiares e os artesãos

Nas literaturas abertas, as origens da economia solidária estão ligadas à Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX, conforme destaca-se abaixo:

A Economia Solidária surge após o capitalismo industrial como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. A partir do pensamento e influência de teóricos como Robert Owen, os trabalhadores no século XIX passaram a se organizar através de cooperativas como uma forma de resistência contra o avanço avassalador do capitalismo industrial (NASCIMENTO; GOMES; FÊ, 2021, p.425).

Já no Brasil, iniciou a partir de 1981, marcado pela abertura do mercado internacional e pela implantação da reestruturação produtiva. Esses processos, principalmente a perda de postos de trabalho, foram acompanhados por um crescimento expressivo da exclusão social e do desemprego em massa, aspectos que passaram a definir o cenário social e econômico do país (SINGER, 2002). Em resposta a essa realidade, a mesma emergiu como uma alternativa para enfrentar essas questões, oferecendo soluções baseadas na cooperação, autogestão e solidariedade.

A introdução do termo "Economia Solidária" no Brasil é creditada ao pesquisador Paul Israel Singer, que a partir da década de 1990 utilizou esse termo para referir-se a uma estratégia de reintegração da população desempregada (SINGER, 1996). Em 1996, Singer propôs que ela fosse incorporada como uma política pública, abordando as questões do desemprego e da exclusão social através da organização coletiva dos trabalhadores. Segundo o autor a proposta envolvia a mobilização dos desempregados para que estes se organizassem de maneira autônoma e, assim, pudessem se inserir novamente no mercado de trabalho por meio de iniciativas próprias, criando novas formas de geração de renda e inclusão social (SINGER, 2002).

Além dele, outro estudioso também contribuiu significativamente para a expansão e consolidação da economia solidária no Brasil, a exemplo Luiz Inácio Gaiger, um dos principais pesquisadores da área, que utilizou o termo Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), para se referir às iniciativas autogestionárias que surgem no seio da economia solidária. Ele argumenta que esses empreendimentos são formas alternativas de organização econômica, nascidas da livre associação de trabalhadores, que compartilham princípios como a autogestão, a cooperação e a viabilidade econômica, mas também buscam enfrentar as desigualdades sociais e gerar alternativas sustentáveis para a sobrevivência dos trabalhadores excluídos do mercado formal (GAIGER, 2009). Ele destaca que a economia solidária não só proporciona uma alternativa de geração de renda e empregos, mas também oferece um conteúdo emancipatório aos trabalhadores, ao permitir que estes exerçam a autonomia no trabalho (GAIGER, 2004).

Complementarmente, Gaiger e Laville (2009), enfatizam que a ação coletiva da Economia Solidária institui novos protagonistas no mundo do trabalho e da cidadania, respondendo às necessidades de bem-estar e reconhecimento dos trabalhadores.

Ao longo dos anos, a economia solidária expandiu-se, evidenciado através da Lei nº 10.683 e do Decreto nº 4.764, no qual criou em 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao MTE, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A Secretaria tinha como objetivo promover e fortalecer a economia solidária no Brasil, articulando ações entre o governo e a sociedade civil (VIANA; VALADARES, 2015). Outro avanço foi a criação, no mesmo ano do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que de acordo com Bertucci ([201-]), consistia em ser um “instrumento legítimo de fortalecimento de diretrizes para políticas públicas, voltadas para a valorização do trabalho e da cidadania”.

Houve também a criação do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), pela Portaria nº 1.780, de 19 de novembro de 2014. Ele tem como finalidade fazer o “reconhecimento público dos Empreendimentos Econômicos Solidários, de modo a permitir-lhes o acesso às políticas públicas nacionais de economia solidária e demais políticas” (BRASIL, 2014, p. 78). Dentre seus principais objetivos, incluem o “reconhecimento público dos empreendimentos, fortalecer suas redes e constituir uma base nacional de informações” (BRASIL, 2014, p. 78).

A Senaes passou por diversas mudanças estruturais. Em 2016, durante o governo do presidente Michel Temer, ela manteve sua dinâmica dentro do Ministério do Trabalho, mas foi rebaixada a uma subsecretaria com orçamento reduzido, o que gerou menor capacidade de atuação. E em 2019, no governo de Jair Bolsonaro, ela foi redirecionada para o Ministério da Cidadania, e através do Decreto Nº 9.674, de 2 de janeiro de 2019, que detalha as estruturas desse Ministério, verifica-se que a Senaes passou a ser um "Departamento de Economia Solidária, dentro da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana", e a conclusão é que a "Senaes realmente foi extinta" (PINHO, 2019). Somente em 2023 surge um cenário positivo para a Economia Solidária, com o governo do presidente Luiz Inácio Lula, que apresenta a reestruturação da Senaes, bem como o MTE (CALDAS, 2024).

No ano de 2024 foi sancionada a Lei nº 15.068, conhecida como Lei Paul Singer de Economia Solidária. A nova legislação estabelece a Política Nacional de Economia Solidária (PNES) e o Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES). Eles representam um dos principais marcos legais na regulamentação e promoção das iniciativas de Economia Solidária no Brasil. Essa tramitação ocorre desde 2019, através do projeto de Lei 6606/19 (antigo PL 4685/12). A PNES visa fortalecer a autogestão, promover a inclusão social e garantir a sustentabilidade econômica e ambiental dos empreendimentos solidários. Enquanto que o Sinaes, iria implementar e monitorar o PNES (BRASIL, 2024).

Para uma maior compreensão do termo Economia Solidária, faz-se necessário entender que ela está fundamentada em princípios como "autogestão, solidariedade, democracia, cooperação e respeito ao meio ambiente" (LIMA, 2016, p.8). No MTE (2013) há também o princípio da dimensão econômica. Para fins desse estudo vamos destacar apenas Autogestão, Solidariedade e Cooperação, conforme o texto a seguir.

## **2.1 Princípios da economia solidária**

A **Autogestão**, é apresentada por Lefebvre (2017, p.141) na seguinte abordagem: "apenas através da autogestão os membros de uma livre associação podem ter em mãos as suas próprias vidas, de forma que ela passe a ser sua obra. Isso também se chama: apropriação, desalienação". Frente a essa reflexão, a autogestão permite que tal grupo, exerça seu protagonismo, e assim possibilita a

administração dos empreendimentos solidários de forma democrática. Sob a mesma ótica Singer (2002, p.19) aborda “para que a autogestão se realize, é preciso que todos os sócios se informem do que ocorre na empresa e das alternativas disponíveis para a resolução de cada problema”. Portanto, a autogestão, ao garantir a participação ativa dos trabalhadores nas decisões e no gerenciamento das atividades, contribui para a construção de um modelo econômico mais justo e igualitário.

Referente ao princípio da **Solidariedade**, Singer (2002, p.9) salienta que “a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar.” Complementarmente Laville, Gaiger (2009a, p.162) afirmam que a “solidariedade é promovida entre os membros dessas iniciativas, que estabelecem entre si um vínculo social de reciprocidade”. Esse entendimento reforça a ideia de que a solidariedade na economia não é apenas uma relação de ajuda mútua, mas sim um princípio, que deve ser estruturado de maneira igualitária entre todos os participantes. Nesse contexto, a solidariedade pode se fundamentar na igualdade, reciprocidade e na necessidade de uma organização coletiva para a produção.

De acordo com Porto (2015), a **Cooperação** no contexto da Economia Solidária visa a interação social entre os participantes, criando um esforço coletivo em busca de um objetivo comum. Esse processo compartilhado resulta em benefícios que são distribuídos de maneira justa entre todos os envolvidos. Singer (2002, p.19) reforça essa visão ao retratar que “o fato de todos ficarem a par do que está em jogo contribui para a cooperação inteligente dos sócios, sem necessidade de que sejam incentivados por competições para saber quem é o melhor de todos”.

A seguir será destacado brevemente um elemento que permite caracterizar as experiências que constituem o campo da Economia Solidária. Tal caracterização está direcionada às Finanças Solidárias e seus modelos de atuação.

### **3 FINANÇAS SOLIDÁRIAS**

As Finanças Solidárias são caracterizadas como “conjunto de experiências que, no âmbito da Economia Solidária, contribui para a democratização do sistema financeiro, priorizando os excluídos do sistema bancário tradicional” (PASSOS, 2007 p.19). Nesse viés Silva (2017) identifica no Brasil, três modelos organizacionais dessas finanças, como os Fundos Rotativos Solidários (FRS), os Bancos

Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) e as Cooperativas de Crédito Solidário (CCS).

Os FRS consistem em mecanismos que oferecem recursos aos seus membros, que podem ser tanto financeiros, quanto em forma de bens como pequenos animais ou equipamentos. E após um período acordado, esses recursos precisam ser devolvidos ao fundo para que possam ser emprestados novamente a outros participantes (SILVA, 2017). Este modelo será a base da presente Tese de Conclusão de Curso (TCC).

Já os BCDs vão atuar “facilitando o acesso ao crédito e oferecendo variados serviços financeiros aos moradores de determinadas comunidades “ e eles “criam e utilizam “moedas sociais” circulantes locais” (RIGO, FILHO, 2017, p. 13). Diante do exposto, este modelo pode proporcionar o empreendedorismo local, face ao uso dessas moedas.

De acordo com Silva (2017), as CCS são descritas como organizações autogestionárias, nas quais os membros se unem para criar e utilizar serviços financeiros que atendam às necessidades coletivas, com foco na ajuda mútua.

Para compreender o presente estudo de caso, faz-se necessário entender como é o funcionamento do FRS, que será abordado na seção a seguir.

#### **4 FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO**

Os Fundos Rotativos Solidários se configuram pelo compromisso da devolução voluntária dos recursos do fundo, com formas flexíveis de realizar este retorno financeiro com dinheiro, ou não financeiro através de insumos ou equipamentos (BARRETTO, 2017). A Cartilha Fundos Solidários explica cada um dos elementos que compõe o modelo:

fundo porque reúne recursos (sementes, animais, mão-de-obra, serviços, dinheiro, etc.), que pode ser rotativo de modo que os recursos girem e circulem entre todos/as os/as participantes, e que é solidário porque visa o bem de cada um/a e de todos/as. Nos fundos solidários comunitários as pessoas são ao mesmo tempo gestoras e beneficiárias o que fortalece as dimensões da reciprocidade e do empoderamento coletivo (2017, p.11).

As origens dos FRS surgem sob a ótica do “capitalismo na Europa na fase comercial e se estende para a posterior, fase industrial” (FAVARIN, 2018, p.167). Este cenário está relacionado aos problemas de grupos sociais “em situação de fome,

calamidades, desemprego massivo, situações em que o apelo por solidariedade se torna maior” (FAVARIN, 2018, p.167).

A história dos FRS no Brasil iniciou nos anos de 1980, com atuação da Cáritas Brasileira no apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Suas iniciativas tinham o objetivo de promover o desenvolvimento e a infraestrutura comunitária, que eram financiadas com recursos da cooperação internacional e de fundos diocesanos. Esses projetos eram executados pelas próprias comunidades, e os recursos repassados não exigiam devolução (SILVA, 2017).

No entanto, a partir da década de 1990, essa prática foi alterada, mediante a exigência da cooperação internacional, que somente iria disponibilizar novos recursos destinados a apoiar as PACs, se ocorresse a devolução monetária do valor financiado pelos participantes. Mas, essa devolução, iria vir com um novo significado, ou seja, os recursos não seriam mais destinados às entidades de cooperação internacional e sim utilizados para o fomento de Fundos Comunitários, administrados pelas próprias entidades ou comunidades. Esse cenário levou ao surgimento dos FRS, para garantir esse retorno.

Foi em 1993, que surgiu o primeiro FRS, gerido pela Articulação do Semiárido (ASA), na Paraíba. Esse fundo mobilizou recursos da própria comunidade, com a participação de cada família, e tinha como objetivo a construção de cisternas de placas e outras estruturas comunitárias (SILVA, 2017).

Por conseguinte, começam a surgir diversos FRS no Brasil. Podemos verificar este quantitativo através do mapeamento realizado nos anos de 2011 a 2013, que levantou a quantidade de FRS no Brasil. O resultado aponta 539 FRS (Tabela 1), dos quais 24 estão localizados na região Norte, representando apenas 4,45% do total. Isso reflete que o Norte não apresenta um nível de adesão proporcional à sua extensão territorial e às demandas sociais da região. Já o total de FRS, exemplifica que essa quantidade pode crescer, impulsionada pela necessidade de alternativas de crédito acessíveis para populações em situação de vulnerabilidade (FAVARIN, 2018).

**Tabela 1** - Localização dos FRS no Brasil

<b>Região</b>	<b>Núm. FS</b>	<b>%</b>	<b>Estados c/ FS</b>
Nordeste	344	63,82	9
Centro-Oeste	85	15,76	4
Sudeste	48	8,90	4
Sul	38	7,05	3
Norte	24	4,45	5
<b>TOTAL</b>	<b>539</b>	<b>100</b>	<b>25</b>

**Fonte:** Elaborado por Roque Favarin, 2018, p.34

No FRS, o financiamento para os beneficiários é realizado mediante a assinatura do termo de compromisso, como uma forma de acordo para a devolução voluntária do valor recebido. Caso o participante não realize essa devolução, ele será passível de sanções colocadas pelo grupo que compõe o fundo, salvo se o atraso for por doenças, que neste caso, iria impedir sua atividade produtiva, ou seja, para essa situação haverá uma renegociação da devolução, sem ocasionar cobranças de taxa de juros. Referente a modalidade dos FRS, pode ser financeiro, onde o fundo dispõe de “valores monetários”. Já a segunda seria um fundo não monetário, nele o recurso pode ser sementes, equipamentos animais etc. Assim, a execução de um FRS pode ocorrer em diversas formas, podendo ser aplicados de acordo com o contexto local (BARRETO, 2017).

A implementação de um FRS segue a realização de assembleias, onde ocorrerá a criação do FRS e adesão dos beneficiários. É durante esse momento que será registrada em Ata a constituição do fundo, nela deve constar as ocorrências da assembleia e deve ser assinada por seus integrantes. Em seguida construir o regimento interno, definido coletivamente pelos interessados (FREIRE, 2011). Esse regimento é um conjunto de regras e normas, que abrange:

quem pode participar, de onde vêm os recursos, quem serão os beneficiários das ações, quais são as regras de empréstimo, de contribuição, qual a periodicidade das reuniões, como se dará a participação dos sócios, a entrada de novos beneficiários, a saída dos mesmos e assim por diante. (FREIRE, 2011, p. 21).

Após essas etapas, vem a definição do sistema de contribuição, que consiste em definir se será monetária ou não, e sua periodicidade. Em seguida, tem a eleição de um Comitê Gestor, composto por um presidente, um secretário e um tesoureiro, que são membros eleitos em assembleia pelo grupo do fundo e essa comissão vai realizar a execução do planejamento do fundo, mediante ao regimento interno. Por fim, convém executar a contabilidade mensal e anual do fundo, organizando o controle de saída e entrada de recursos para os usuários contemplados, com o suporte de recibos e notas fiscais dessa movimentação (FREIRE, 2011).

Assim, a presente pesquisa tem como objetivo apresentar o estudo de caso do Fusaf, um FRS desenvolvido no âmbito de um projeto de extensão universitária. A seguir, será detalhado como ocorreu sua construção.

## 5 DISCUSSÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Este capítulo está organizado para responder aos objetivos específicos declarados na introdução.

Respondendo ao primeiro **objetivo específico**, será descrito o histórico do Fundo Sustentável da Agricultura Familiar (FUSAF), conforme relatório final do projeto de 2023 a 2024, permitindo compreender a trajetória, suas etapas de desenvolvimento e as ações implementadas para apoiar os pequenos produtores da Feira da Agricultura Familiar (FAF).

O Fusaf é um projeto de extensão desenvolvido dentro do programa IECOSOL, ligado à Ufopa, pensado e colocado em prática para apoiar os agricultores que participam da FAF, na Ufopa. Ele foi desenvolvido no período de agosto de 2023 a junho de 2024, sob o título de Fundo Rotativo Solidário: Impulsionando os produtores da FAF Ufopa. A composição técnica do projeto de extensão envolveu em sua fase de implementação 10 voluntários e 02 docentes do curso de GPDR, e 02 docentes do curso de Economia, da Ufopa. Cabe destacar que no decorrer da ação extensionista, os membros do fundo modificaram de forma informal o nome do projeto para Fundo Sustentável da Agricultura Familiar (FUSAF). E no período que corresponde à segunda fase do projeto de 2024 a 2025, este projeto foi renovado e passou a utilizar oficialmente o título de Fusaf.

O conceito de projeto de extensão pode ser compreendido através de um “conjunto de ações contínuas, com objetivos específicos e prazo determinado, que visem resultados de mútuo interesse para a sociedade e para a comunidade acadêmica” (UFOPA, 2025, p, 1).

A criação do Fusaf foi uma resposta às dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, no acesso a crédito formal para realizar o fortalecimento de suas atividades. Por meio do fundo, buscou-se promover empréstimos facilitados, de baixo custo e adaptados às necessidades específicas dos agricultores que atuam na FAF Ufopa. A feira é composta por um grupo informal de aproximadamente 16 pessoas que atuam com agricultura familiar, artesanato e produtos processados, tendo na comercialização desde hortaliças, bolos, salgados, polpas, frutas, artesanato indígena, artesanato em geral e plantas. Eles são provenientes de 7 associações dos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, que comercializam sua produção nas dependências da universidade, todas as quintas-feiras (SILVA, 2024).

A primeira etapa de desenvolvimento do Fusaf, ocorreu de agosto a setembro de 2023, e foi marcada pela realização de estudos bibliográficos sobre FRS, visando embasar a criação do projeto. Para atingir essa expectativa, os discentes e docentes do projeto realizavam reuniões quinzenais para discutir os cronogramas de estudos, como pesquisas sobre FRS e a elaboração de materiais informativos, como questionários e infográficos, para posteriormente apresentar aos produtores da FAF o fundo. Os integrantes do projeto de extensão participaram de uma capacitação online promovida pela Cáritas Brasileira, com conteúdo voltado para Economia Solidária e Fundos Rotativos Solidários. Esse curso foi crucial para o desenvolvimento do projeto, pois ampliou a capacidade técnica, acesso a conteúdo práticos, materiais, situações reais e ampliou nossa visão de adaptabilidade do modelo de FRS, que poderia ser monetário ou não, contribuindo para as estratégias de implementação do FRS.

Na etapa subsequente do projeto, que corresponde aos meses de outubro de 2023 a janeiro de 2024 teve o primeiro encontro com os produtores da FAF (figura 1), para aplicação de questionário e infográfico elaborados na 1º fase do projeto de extensão, com objetivo de levantar dados sobre as necessidades financeiras desse público, apresentar o que é um FRS e seu funcionamento, além de verificar o interesse deles em participar do fundo. O resultado do questionário mostrou que, dos 16 produtores que comercializam na FAF, 14 manifestaram interesse em fazer adesão ao fundo, com intenção de utilizar este recurso para investir na aquisição de materiais de insumos e equipamentos, como “adubo, sementes, despolpame de frutas, sistema de irrigação, construção de base para plantio” (RELATÓRIO, 2024). A partir do exposto, podemos concluir uma aceitação e demanda por uma iniciativa como o Fusaf.

**Figura 1** - Primeiro encontro com os produtores da FAF



**Fonte:** Acervo FUSAF, 2023

Vale destacar que após esse encontro, o projeto de extensão foi direcionado a fazer submissão a editais, com objetivo de acessar os recursos financeiros para iniciar o capital de giro do fundo e obter bolsas para discentes e docentes que participam do projeto. E sob essa perspectiva, de ter o projeto em ação, foi necessário aprimorar o plano operacional desenvolvido no início do projeto, que antes pautava-se em estudos bibliográficos e construção de materiais para serem usados nos encontros com os produtores. E agora sua estrutura estava focada em organizar todas as atividades para que o fundo fosse desenvolvido, através de eixos operacionais.

Foi no início do mês de fevereiro 2024, que a estrutura organizacional do projeto de extensão FRS foi definida, no qual a equipe do projeto foi dividida em 4 eixos, sendo Captação de Recursos, Práticas Integradoras de Extensão (PIEX IV), Administrativo e FAF.

O primeiro eixo, Captação de Recursos, realizou busca por editais e parcerias no âmbito governamental, privado e terceiro setor, essa equipe também tinha como objetivo fazer um grupo de trabalho para estudar os editais e elaborar propostas para submeter o projeto, além de criar um modelo de apresentação para utilizar em reuniões com prováveis patrocinadores, todas essas ações direcionam para obtenção de recursos de financiamento pro fundo. O resultado desse eixo pode ser visto com a criação da planilha para inserção de editais voltados para o tema do projeto, com objetivo de fazer o acompanhamento e posterior submissão do projeto. Vale destacar que o Fusaf realizou submissões em 3 desses editais, listados em Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão (PROCCE), para apoio a projetos de extensão da Ufopa; Comunidades Tradicionais Lutando por Justiça Climática, do Fundo Brasil, que destinava recursos financeiros para projetos com temáticas como da agricultura familiar; e o Fundo Nacional de Solidariedade que atende a projetos com dificuldades de obter recurso. Mas, não obtivemos resultado favorável em nenhum deles, como uma das justificativas dessa negativa podemos elencar a falta de editais específicos para FRS, outro fator que corrobora para a limitação da submissão a editais é a exigência por Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), o fundo não possui esse cadastro por estar ligado a um projeto de extensão universitária.

Outro resultado foi a reunião com a Fundação de Integração Amazônica (FIAM), que comprometeu-se a patrocinar o fundo, por meio de recurso destinado à

capacitação dos produtores. Que em reunião com os produtores, optaram pelo curso de Manipulação de Alimentos e Rotulagem de Alimentos, realizado no mês de maio de 2024. No mesmo mês, foi realizada a reunião com a Secretaria de Agricultura e posteriormente com a Câmara Legislativa, no qual foi apresentado o fundo, e não conseguimos recurso em dinheiro, mas ganhamos a doação de uma roçadeira para ser utilizada em sistema de rodízio pelos produtores da feira.

Para compreender o segundo eixo PIEX IV, faz-se necessário entender que ele é um elemento constituinte na grade do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (GPDR), desenvolvido do primeiro ao sexto semestre. Com objetivo de proporcionar aos alunos “acesso a um repertório de informações que possibilitaram o desenvolvimento de habilidades compostas por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos” (UFOPA, 2019, p.21). Face ao exposto, o eixo foi desenvolvido pela turma de GPDR do ano de 2022 composto por aproximadamente 40 alunos, sob a supervisão da docente e coordenadora do projeto do FRS, eles desenharam ações para arrecadar capital para o fundo. Essas ações são vistas através da organização dos eventos beneficentes, como o Bingo realizado em Alter do Chão no dia 07 de abril de 2024, que arrecadou R\$1.990,00; a Feijoada em Santarém, ocorrida em 14 de abril de 2024, com uma arrecadação de R\$1.500,00; e a promoção do Pix Solidário, que gerou R\$895,00, além das doações em geral, que somaram R\$740,00. Por fim, foram arrecadados R\$5.125,00 com essas ações.

O terceiro eixo é denominado Administrativo, sua finalidade foi dar suporte e apoio a todas as atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão. Seus resultados estão na organização de documentos via criação de uma pasta via google drive para anexar todos os arquivos e fotos utilizados durante o projeto, atas das reuniões, realizando apresentações para patrocinadores, criação da identidade visual do projeto (logomarca), além de garantir uma comunicação entre os diversos eixos do projeto e produção do relatório final do projeto, monitoramento da estrutura organizacional e materiais do projeto

E o último eixo foi a FAF, no qual os voluntários do projeto faziam o acompanhamento presencialmente das reuniões e assembleias com os produtores, além de fornecer assessoria técnica a eles. Os resultados neste eixo são o apoio a formação do regimento interno, operacionalização das assembleias, bem como o apoio na promoção de rifas junto aos produtores que gerou o valor de R\$420,00 e contribuição mensal com os produtores, que alcançou o total de R\$780,00.

Cada eixo foi composto por até três voluntários do projeto. E toda quinzena do mês eles se reuniam para apresentar o andamento de suas ações implementadas, assim era possível acompanhar todas as atividades do Plano Operacional e fazer os ajustes necessários no percurso, visando otimizar a execução do projeto.

Ainda em fevereiro de 2024, muitas atividades foram desenvolvidas como a realização da primeira reunião com o grupo de produtores que compõe a FAF, no qual foram listados os 14 produtores, sendo 3 homens e 11 mulheres que se tornaram membros do fundo, além da votação para o novo nome do fundo, alterado para Fundo Sustentável da Agricultura Familiar (FUSAF), também foi acordado que as assembleias seriam realizadas quinzenalmente. No mesmo mês, ocorreu a primeira assembleia do FUSAF, onde foi definido a logomarca do projeto e a criação do comitê gestor votado pelos produtores, composto por mulheres para desenvolver funções de Coordenadora, Secretária e Tesoureira. Já no mês seguinte, sucedeu-se a segunda assembleia, com foco na elaboração do regimento interno, garantindo a transparência e gestão das concessões do fundo.

Por fim, com a soma do recurso adquirido a partir dos eventos listados através dos eixos operacionais, como rifas, contribuições mensais e PIEX IV 2022, foi totalizado o valor de R\$6.325,00, com esse valor o fundo foi iniciado.

E é no mês de maio de 2024, que ocorreu a entrega do primeiro lote de empréstimos (figura 2) aos produtores, distribuído entre os sete primeiros beneficiários. O valor destinado a esse lote corresponde a R\$4.070,00. O critério para essa entrega foi pautado no regimento do Fusaf, no qual contempla a destinação prioritária dos recursos para solicitações que possuem os menores valores, em ordem crescente (REGIMENTO, 2024).

**Figura 2** - Entrega do primeiro Lote de Empréstimos Solidários FUSAF



**Fonte:** Acervo FUSAF, 2024

O histórico e evolução do Fusaf, evidencia a importância do fundo como instrumento para o fortalecimento das práticas produtivas da Agricultura Familiar.

Este resultado busca atender ao **objetivo específico (b)** da pesquisa, que consiste em avaliar as concessões, aplicações de crédito e o alinhamento aos princípios da economia solidária no Fusaf;

As concessões de crédito são realizadas mediante ao Regimento Interno do Fusaf. Como mencionado no resultado anterior, no mês de março de 2024, foi realizada a segunda assembleia do fundo, resultando na criação desse regimento, que define as diretrizes para a gestão do crédito dentro do fundo. Ele estabelece uma série de cláusulas essenciais para garantir o funcionamento eficiente do fundo, alinhado aos princípios da economia solidária, como autogestão, solidariedade e cooperação (REGIMENTO, 2024).

De acordo com o regimento, os objetivos do Fusaf são, fortalecer a produção familiar dos integrantes do fundo, fortalecer parcerias com organizações ligadas à agricultura familiar e ao artesanato, promover a partilha de insumos entre os participantes, bem como a troca de sementes (REGIMENTO, 2024).

O funcionamento do Fusaf foi conduzido por um Comitê Gestor, composto por três integrantes associadas ao fundo, para atender ao cargo de coordenadora, secretária e tesoureira, eleitos em assembleia geral, para um mandato de um ano, com possibilidade de renovação por igual período. As eleições ocorrerão nas assembleias dos sócios, e para assegurar a boa gestão, serão realizadas reuniões ordinárias a cada 30 dias. Nelas, serão feitas as prestações de contas dos recursos emprestados, além de serem discutidas as prioridades de aplicação dos recursos, com base nas demandas apresentadas pelos sócios e nas orientações aprovadas em assembleia. O Fusaf possui prazo indeterminado, já no caso de encerramento de suas atividades, o destino dos bens, tanto monetários quanto não monetários, será decidido em assembleia geral com os integrantes do fundo (REGIMENTO, 2024).

Adiante serão apresentados algumas cláusulas que compõem esse regimento. A transparência financeira é um ponto central da operação do Fusaf, evidenciado pela cláusula que determina a prestação de contas mensal pelo Comitê Gestor. Esse processo assegura o controle rigoroso dos recursos e promove confiança entre os associados. Além disso, foi decidido a abertura de uma conta

conjunta exclusiva para o fundo, em nome do coordenador(a) e tesoureiro (a) (REGIMENTO, 2024).

As intenções de acesso ao fundo devem ser formalizadas por meio de um formulário específico, garantindo uma análise padronizada e organizada dos pedidos. E esse recurso será concedido em ordem crescente, ou seja, do menor para o maior valor solicitado. O regimento também estabelece regras para a prestação de contas, que devem ser entregues no prazo de 30 dias após o recebimento dos recursos, com apresentação de nota fiscal e recibo, promovendo a transparência na aplicação do fundo (REGIMENTO, 2024). Isso é observado na fala da coordenadora do comitê gestor, ao ser questionada sobre quais mecanismos são utilizados para monitorar essa devolução, sua resposta é que esse dinheiro entregue precisa ser usado para a função desempenhada pelo produtor e comprovado mediante a recibo ou nota fiscal, ou seja, se ele trabalha com plantas, ele não vai usar este recurso para comprar uma calça por exemplo (Entrevistada 02, 23 de janeiro de 2025).

Os custos sob o valor emprestado são a taxa administrativa de 1% para onerar eventuais despesas do fundo aplicado sob o valor emprestado em quota única e a taxa de reposição que é de 0,5% aplicado uma vez por mês, que representa apenas a média da inflação acumulada. No regimento consta a flexibilidade nos prazos de carência, que é sinalizada pelo produtor, e avaliada pelo comitê. Ela proporciona a devolução dos recursos adaptados às necessidades específicas dos produtores, e estipula-se o tempo máximo de 3 meses para começar a pagar (REGIMENTO, 2024). Essa flexibilização é vista pela fala do entrevistado abaixo:

Nós temos um prazo de carência [...] em relação a hortaliças, a plantação onde o produtor ele precisa de um tempo a mais para poder conseguir, porque ele vai comprar a semente, ele vai plantar, ele vai esperar a produção pra poder ele vender, pra poder ele retornar o dinheiro (Entrevistado 1, 23 de janeiro de 2025).

Adicionalmente, o regimento prevê medidas de restrição de acesso ao fundo para sócios inadimplentes até que regularizem sua situação. Essa cláusula corrobora para que a rotatividade do fundo seja feita de forma efetiva, visto que se um produtor não devolve o dinheiro, essa rotação pode ser prejudicada e atrapalhar na entrega do recurso para os próximos beneficiários (REGIMENTO, 2024).

Relacionado às aplicações de crédito do primeiro lote os recursos foram distribuídos da seguinte forma, o produtor 1 recebeu R\$240,00, no qual comprou uma

pia e uma válvula de inox. O produtor 2 obteve R\$450,00, direcionando o valor para aquisição de embalagens, etiquetas, alicate, caneta permanente, linhas, entre outros materiais. O produtor 3 adquiriu R\$500,00, mas não obtivemos acesso às informações sobre a aplicação do recurso. Para o produtor 4 foi destinado R\$680,00, e, embora não tenhamos o conhecimento sobre como o recurso foi utilizado, destacamos que ele cultiva batata-doce, macaxeira, banana, cupuaçu, limão e assim por diante. O produtor 5 recebeu R\$800,00, aplicando o valor na compra de mudas e vasos de plantas. O produtor 6 também recebeu R\$800,00, utilizando parte do valor para a compra de 50 pintinhos, mas não obtivemos acesso ao destino do restante do recurso. Por fim, o produtor 7 com R\$600,00 comprou 20 telhas, dois pacotes de pregos e custeou seu transporte (Entrevistados 1 a 7, 23 de janeiro de 2025).

Vamos avaliar a aplicação dos recursos no caso 2 e 6 citados acima, correlacionando-os com o resultado da entrevista com o grupo que recebeu o recurso do Fusaf. O produtor 2 atua com artesanato, confeccionando pelúcias, pesos de porta, ecobags, chaveiros, colares, ele solicitou o recurso sem período de carência e optando por um pagamento em quatro parcelas. Esse empréstimo já foi quitado, e o valor foi utilizado para a compra de materiais de insumos, o que alavancou sua atividade e trouxe mais ideias para serem desenvolvidas, em sua fala o impacto desse empréstimo foi “muito bom” pois proporciona a oportunidade de comprar mais materiais e diversificar sua produção (Entrevistado 2, 23 de janeiro de 2025).

Já o produtor 6, tem suas atividades voltadas para a agricultura, incluindo a produção de banana, cará roxo, ovo e galinha caipira, entre outros, ele solicitou a carência de 3 meses para a devolução do valor, e com pagamento em seis parcelas, das quais ainda restam duas parcelas a serem pagas. O recurso foi alocado para a compra de 50 pintinhos e ração, ele acompanhou o crescimento deles, para realizar sua comercialização posteriormente. Em resposta ao questionamento sobre o impacto do Fusaf em sua produção, ela responde que “foi algo muito importante, me ajudou muito, né, na minha produção” (Entrevistado 6, 23 de janeiro de 2025).

Podemos concluir que no caso do produtor 2 por desempenhar atividade de artesanato, o retorno do dinheiro ocorre de forma mais rápida, o que pode justificar a decisão de não solicitar carência. Em contrapartida, no caso do produtor 6, a necessidade de carência se deve ao fato de ser uma atividade que não tem um retorno imediato, visto que precisa aguardar o crescimento deles até se tornarem galinhas para poder realizar sua venda.

A abordagem que segue é para destacar quais as motivações para participar do fundo, por parte dos produtores que ainda não receberam o recurso do Fusaf. Em resposta, o primeiro entrevistado fala que sua motivação é pela forma que o fundo possibilita educar esse público ao receberem um empréstimo, ou seja, eles têm a oportunidade de entender como manusear este dinheiro e ter a “seriedade” em aplicar ele para a finalidade solicitada via requerimento e fazer essa devolução com responsabilidade (Entrevistado A, 23 de janeiro de 2025). O segundo entrevistado fala que se deve ao fato de ser um FRS e está direcionado para a agricultura familiar (Entrevistado B, 23 de janeiro de 2025). Tanto o terceiro e quarto entrevistados partilham do mesmo pensamento, que veem o Fusaf como um ambiente acolhedor, e também por terem a possibilidade de ajudar uns aos outros, através da rotatividade do fundo (Entrevistados C e D, 23 de janeiro de 2025).

Referente ao alinhamento do Fusaf com os princípios da Economia Solidária, que contempla a Autogestão, Solidariedade e Cooperação, podemos destacar os seguintes resultados.

A autogestão permite que todos os membros exerçam seu protagonismo, possibilitando a administração de empreendimentos econômicos solidários de forma democrática. E no Fusaf esse princípio pode ser visualizado com a participação ativa dos produtores em diversas decisões, como a escolha do comitê gestor, nas regras para a concessão de créditos, na mudança do nome e na definição da logomarca do fundo. Os participantes ao serem questionados sobre a existência da autogestão no fundo, respondem que a “ideia de darmos ao produtor essa carência de dois meses [...] o nome do nosso fundo [...] significa que é um grupo onde todos têm voz” (Entrevistado 2, 23 de janeiro de 2025). Outro exemplo é “nas reuniões [...] a coordenadora do projeto de extensão faz reunião com a gente para explicar como está o movimento. Mantém a gente informado” (Entrevistado A, 23 de janeiro de 2025). Isso oferece mais poder aos integrantes na tomada de decisão.

No entanto, a plena implementação da autogestão ainda não foi alcançada, uma vez que o Fusaf permanece sob a responsabilidade da coordenação do projeto, o que corrobora para a limitação do princípio, não atingindo a plena administração pelos membros, isso se deve ao fato do comitê gestor e os produtores ainda não conseguirem gerir sozinhos esses recursos e necessitam de mediação junto a coordenação do projeto. Podemos observar na fala da coordenadora do projeto de

extensão essa necessidade de transição para que gere a autogestão por completo dos produtores e como ela pode ser feita:

Um processo de transição da gestão do fundo, né? Capacitar os produtores para eles conseguirem gerenciar de maneira autônoma o fundo já sem uma interferência maior do projeto de extensão [...] que eles pudessem fazer esse controle financeiro do fundo” (Entrevistada E, 23 de janeiro de 2025).

Referente a Solidariedade, compreendida como a união e apoio mútuo entre pessoas com interesses comuns. Podendo ser visualizado por meio do Fusaf, no momento em que os produtores da FAF realizaram sua adesão e se organizaram de forma igualitária com o fim de poupar e destinar esse recurso para o fundo, sendo visto através da contribuição mensal deles. O produtor ao ser questionado se existe essa solidariedade no Fusaf, a resposta é sim, e cita o exemplo de quando tinham uma integrante, que também era membro do comitê, na função de secretária, que veio a falecer e seus familiares precisavam de ajuda financeira para proceder com os trâmites legais do óbito, então os produtores se reuniram e decidiram fazer a doação de R\$1.000,00 para esse fim. Outro exemplo ocorreu quando um produtor ficou doente e isso gerou sua inadimplência, a forma que ele pagou foi com sua produção, no caso com as galinhas caipiras (Entrevistado 2, 23 de janeiro de 2025). Essa dinâmica solidária não apenas contribui para a sustentabilidade do fundo, mas também promove uma cultura de confiança e reciprocidade entre os associados.

Por fim, a Cooperação visa a interação social entre os participantes, criando um esforço coletivo em busca de um objetivo comum. O alinhamento desse princípio ao Fusaf pode ser observado quando os produtores se uniram e fizeram uma rifa para arrecadar dinheiro, que em entrevista foi relatado a razão dessa ação “em benefício do fundo, fizemos uma rifa, onde nós montamos uma cesta de agricultura familiar como prêmio” (Entrevistado 2, 23 de janeiro de 2025). Sendo reforçado também quando um produtor colocou sua habilidade em prática para contribuir com a ação desempenhada pelo eixo PIEX IV, ao fazer feijoadas que seriam vendidas e o destino do recurso iria para o fundo e os demais produtores auxiliando na organização do evento (Entrevistado C, 23 de janeiro de 2025). Essas ações que incentivam o trabalho conjunto, consolidam um sentimento de pertencimento e reforçam a importância da colaboração para o sucesso do projeto.

As estratégias de aplicação para promover os princípios da economia solidária iniciaram antes do fundo ser apresentado aos produtores. Segundo as palavras da Coordenadora do Projeto de Extensão, isso ocorreu quando o projeto fez um curso de capacitação sobre FRS e Economia Solidária, nele aprendemos como essa metodologia funciona e como ela pode ser implementada e replicada de acordo com o público alvo. E essas orientações foram colocadas em prática conforme relato a seguir “[...] o fundo, ele precisa ser coletivo, e ele foi em todas as instâncias, desde o nome até a taxa de retorno aplicada, às condições de pagamento, tudo foi discutido e decidido com o grupo” (Entrevistada E, 23 de janeiro de 2025).

O Fusaf demonstra um forte alinhamento com os princípios da economia solidária, adotando práticas de autogestão, solidariedade e cooperação entre seus integrantes. Entretanto, a autogestão não foi plenamente alcançada, pois os produtores ainda possuem a dependência da coordenação do projeto, mas podemos concluir que o avanço rumo a este princípio permanece em construção

Em resposta ao último **objetivo específico (c)**, identificar os avanços alcançados e as limitações enfrentadas pelo Fusaf. Eles podem ser identificados na tabela a seguir:

**Tabela 2:** Avanços e limitações do FUSAF

AVANÇOS	LIMITAÇÕES
Eixos operacionais (R\$ 6.325,00)	Acesso ao APP bancário
Regimento Interno	Falta de editais para FRS
Entrega do 1º lote: R\$ 4.070,00	Prestação de contas parcial
Entrega do 2º lote: R\$ 3.000,00	Inadimplência
Melhorias das atividades produtivas	Autogestão parcial

**Fonte:** Acervo pessoal, 2025

Os avanços alcançados pelo Fusaf podem ser destacados com as ações desenvolvidas entre 2023 e 2024, pelos eixos de operacionalização do projeto. No qual o eixo de Captação de Recursos, viabilizou através de parcerias, uma roçadeira e a capacitação em Manipulação e Rotulagem de Alimentos. O eixo PIEX IV com a organização do bingo, da feijoada, pix solidário e doações em geral arrecadou R\$5.125,00. No eixo da FAF as ações foram a implementação do Regimento Interno, o apoio nas rifas que alcançaram o valor de R\$420,00 e contribuições mensais com R\$780,00. No eixo Administrativo, podemos destacar a criação da logomarca e

relatório dos projetos. Essas ações viabilizaram a construção do fundo, que iniciou com o valor de R\$6.325,00. Culminando na entrega do primeiro lote, a 7 produtores.

Relacionado ao segundo período do projeto, que corresponde de 2024 a 2025 tivemos mudanças na composição do regimento interno. Modificado em assembleia realizada na data 06 de fevereiro de 2025, estabelecendo para novos membros, a condição de pagamento de R\$100,00 para ter acesso aos recursos do fundo. Com relação a inadimplência, foi votado que a partir do atraso da 1º parcela requerida pelo membro, terá uma carência de 2 meses para requerer um novo empréstimo, na mesma data da assembleia entraram 2 novos membros, além de ser eleita a nova secretária para compor o Comitê Gestor. Por fim, outro avanço que corresponde a este segundo ciclo, é a entrega do 2 lote de empréstimos, para 4 produtores, que corresponde ao valor total de R\$3.000,00.

A coordenadora do projeto de extensão, ao ser questionada como o Fusaf tem contribuído para melhorar as atividades produtivas dos beneficiários, responde que essa contribuição se desmembra em duas dimensões interligadas. Na primeira, temos o fortalecimento do grupo de produtores, no qual partem do pressuposto que vão ter um recurso compartilhado, e precisam trabalhar em coletividade e fazendo a gestão dele, com isso eles vão ter que se reunir e discutir para deliberar decisões. E o outro aspecto é a possibilidade de ter esse recurso financeiro, e poder utilizar como um recurso emergencial, em situações como a compra de equipamentos ou insumos. Ela conclui que “esse pequeno recurso de alguma forma tem promovido pequenos incrementos na produção deles” (Entrevistada E, 23 de janeiro de 2025). Complementarmente temos essa mesma linha de pensamento do produtor 1, ao relatar que:

A agricultura familiar fica muito mais forte, porque muitas vezes você tem uma necessidade de fazer um investimento e você não tem aquele dinheiro na mão. E o FUSAF está aí exatamente pra suprir essa necessidade. Pra dar esse apoio financeiro, técnico e outros (Entrevistado 1, 23 de janeiro de 2025).

Apesar dos avanços alcançados, o Fusaf ainda enfrenta limitações. Um desafio inicial foi a questão da organização administrativa do fundo. Pois precisávamos encontrar um modelo bancário que pudesse ser compatível com o fundo. Então o projeto junto aos produtores decidiram abrir uma conta poupança conjunta entre os representantes do comitê gestor. Mas o processo foi demorado, visto

que existe uma grande burocracia, para chegar o cartão, criar a senha, voltar na agência bancária, conseguir o acesso ao aplicativo. E quando finalizaram esse processo, e conseguiram ter o aplicativo no celular do comitê, infelizmente a responsável pelo celular, o resetou e perdeu o acesso ao aplicativo bancário. Em entrevista, a coordenadora do projeto relata que:

Estamos sem um aplicativo que facilitaria muito as transações bancárias. E essa semana uma pessoa realizou um empréstimo, mas, tivemos que ir na agência, sacar o dinheiro. E isso é uma operação arriscada, que poderia ser resolvido com o aplicativo (Entrevistado E, 23 de janeiro de 2025).

Mais um desafio que ocorreu, foi a falta de bolsas para alunos atuarem no projeto, pois como mencionado anteriormente todos os integrantes do projeto atuavam de forma voluntária, e quando teve a entrega do primeiro lote de empréstimos, somente dois voluntários iniciaram o acompanhamento de prestação de contas (para o Fusaf sua denominação é atualização semanal), e em seguida com o encerramento do primeiro ciclo do projeto que corresponde de 2023 a 2024, eles pararam essa atividade. Isso comprometeu a ação de transparência do fundo, porque a aplicação do recurso não está sendo totalmente acompanhada pelos produtores e Comitê Gestor. A relação do grupo e fundo está se baseando na confiança que o grupo possui entre seus participantes.

Nesse cenário temos alguns inadimplentes no fundo referente ao primeiro lote de empréstimos, sendo 3 produtores com o total de R\$839,83 de inadimplência. Esse fator torna-se uma grande limitação, porque se o fundo não receber a devolução de todo o recurso emprestado, a rotatividade do fundo vai acontecer de forma parcial. Nas entrevistas, a maior preocupação dos produtores está atrelado a este fator, no qual eles abordam que todas precisam agir com responsabilidade e fazer com que ocorra essa rotatividade, como observado na seguinte fala: “cumprir com as normas, né? Na questão do pagamento [...] eu acredito que essa seja a primeira questão pra ser levada em consideração, é o fazer com responsabilidade a devolução” (Entrevistado B, 23 de janeiro de 2025).

Por fim, outra dificuldade que pode ser elencado seria a indisponibilidade de linhas de editais específicos para fundo, como mencionado no primeiro resultado deste artigo, o projeto foi submetido a 3 editais, mas nenhum foi favorável. Uma provável explicação seria porque os editais não destinam recursos para capital de giro. Observa-se que os editais geralmente investem em equipamentos, e pedem

orçamento disso na submissão das propostas. Então, a partir da primeira negativa a um edital nacional, tentamos adaptar nossa proposta, modificando a estratégia para pedir equipamentos básicos para a produção dos feirantes, mas ainda assim não fomos contemplados. Outro fator visto é que não conseguimos nos articular com os demais fundo como o Nordeste e até mesmo o Norte, além de não ter muitos FRS na região Norte (Entrevistado E, 23 de janeiro de 2025).

No que tange às possíveis soluções para essas limitações seria continuar fazendo submissão a editais, para que alcancem recurso e ampliem o fundo, e também para destinar bolsas para os alunos auxiliarem o Fusaf. A partir do momento que o FRS fique autônomo do projeto de extensão, a alternativa para conseguir mais recursos seria criar um CNPJ para o fundo, visto que a maioria dos editais fazem essa exigência. Além de capacitar os produtores para eles conseguirem gerenciar de maneira autônoma o fundo, já sem uma interferência maior do projeto de extensão, da incubadora e reativar o aplicativo bancário no celular do comitê gestor.

Em entrevista, os produtores foram questionados sobre as expectativas futuras para o Fusaf. Eles expressam o desejo de expandir o Fusaf, para alcançar mais produtores, além de firmar parcerias com empresas, com objetivo de obter desconto nas compras de insumos e equipamentos.

E para a coordenadora do projeto, suas expectativas estão atreladas a alcançar a transição para que o fundo seja administrado pelos produtores, e ela almeja que “ele possa se consolidar enquanto uma experiência de fundo solidário na região”, também para que esse modelo possa ser replicado para outras comunidades (Entrevistada E, 23 de janeiro de 2025).

No entanto, esses obstáculos não diminuem a importância do projeto, mas revelam áreas que precisam de atenção e ajustes contínuos para que o fundo seja ampliado e que obtenha a efetivação dos princípios da Economia Solidária. Todavia, o Fusaf está se consolidando como um modelo de FRS, gerando impactos que se estendem para além dos associados, impactando positivamente pessoas que trabalham indiretamente com os produtores. Esse modelo foi empregado na Conferência intermunicipal de Economia Solidária que ocorreu na UFOPA em 19/11/2024. Uma das propostas é criar um fundo para a Economia Solidária no Baixo Amazonas e muito da proposta parte dos aprendizados com o FUSAF. Por fim, o Fusaf tem mostrado potencial para transformar realidades, sendo uma importante ferramenta na construção de uma economia solidária.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, a pesquisa atingiu o objetivo geral deste estudo de caso, de compreender como o Fusaf tem contribuído para o desenvolvimento das atividades produtivas desses agricultores e para a promoção dos princípios da economia solidária, descrevendo a efetividade do fundo. E em resposta aos objetivos específicos, foi possível descrever todo o histórico do Fusaf. Relacionado ao segundo objetivo, foi realizado a avaliação das concessões, aplicações de crédito e o alinhamento aos princípios da economia solidária, no qual não atingiu completamente a autogestão. Em terceiro, conseguimos realizar a identificação e as limitações do fundo.

O fundo apresenta como potencialidade, a arrecadação de R\$6.325,00, junto com a capacitação de Manipulação e Rotulagem de Alimentos, proporcionando um impacto direto nas atividades produtivas dos associados. Em contrapartida, os desafios apresentados, apontam para a necessidade de repensar alternativas e soluções por meio de reuniões e discussões entre os produtores. A Economia Solidária no decorrer dos anos passou por muitas transformações, e atualmente somos apresentados a um novo horizonte que permeia as atividades dos empreendimentos econômicos solidários, com o Plano Nacional de Economia Solidária, isso mostra que estamos tendo um avanço nas políticas públicas. Destaca-se que o fundo nasce de um projeto de extensão universitária em 2023, em um cenário político de redução orçamentária para as universidades, por esse fator tem-se a redução de editais que oferecem bolsas para projetos de extensão, como exemplo o Fusaf, que até o momento não alcançou nenhuma bolsa por intermédio da Ufopa. Isso inviabiliza muitas ações da extensão universitária, trazendo questionamentos em como podemos promover um serviço de qualidade para a sociedade sem a possibilidade de fornecer a esses discentes bolsas para desenvolver extensão. Concluo este artigo com a esperança de que este estudo de caso estimule estudos futuros para acompanhar a continuidade do fundo, especialmente durante a transição em que a IECOSOL se retirará da administração do fundo, permitindo que os próprios agricultores se organizem de forma autônoma.

## REFERÊNCIAS

- BARRETO, Simaia S. **Coalizões de defesa e finanças solidárias na Bahia**: uma análise das interações no processo de construção da política pública no âmbito do GT de finanças. Tese (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/24291> Acesso em: 10 de jan. 2025.
- BERTUCCI, Ademar. [Historia do Forum Brasileiro de Economia Solidaria]. FBES, [S. l], [201-]. Disponível em: <https://fbes.org.br/df/historia/#:~:text=No%20Distrito%20Federal%2C%20o%20F%20C%20B3rum,os%20empreendimentos%20locais%20e%20regionais>. Acesso em: 16 jan. 2025.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1 (3), p. 68-80, jan.-jul. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027> Acesso em: 15 jan. 2025.
- BRASIL, CONGRESSO aprova lei que regulamenta a economia popular e solidária. Gov.br. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Novembro/congresso-aprova-lei-que-regulamenta-a-economia-popular-e-solidaria> Acesso em: 12 dez. 2024.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 de julho 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm) Acesso em: 18 dez. 2024.
- BRASIL, Ministerio do Trabalho e Emprego. Portaria nº 1.780, de 19 de novembro de 2014. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, 20 nov. 2014. Disponível em [https://www.fiepr.org.br/para-sindicatos/assistencia-sindical/uploadAddress/IN\\_01\\_-\\_2014\[59116\].pdf](https://www.fiepr.org.br/para-sindicatos/assistencia-sindical/uploadAddress/IN_01_-_2014[59116].pdf) Acesso em 10 fev. 2025.
- CALDAS, Ana Carolina. [Com recriação da Senaes, empreendedores da economia solidária]. Brasil de Fato, Curitiba, 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/04/com-recriacao-da-senaes-empreendedores-da-economia-solidaria-pedem-reestruturacao-do-setor/> Acesso em: 08 fev. 2025.
- CARTILHA Fundos Solidários. Porto Alegre, Escola de Cidadania CAMP, 2017. Disponível em: <https://camp.org.br/files/2017/02/CARTILHA-FUNDOS-SOLIDARIOS-FINAL-WEB.pdf.pdf> Acesso em: 18 dez, 2024.
- CASTRO, César Nunes. **Agricultura familiar no Brasil, na América Latina e no Caribe**: institucionalidade, características e desafios, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14052?mode=full> Acesso em: 12 out. 2024.
- COIMBRA, M. de N. C. T.; MARTINS, A. M. de O. O ESTUDO DE CASO COMO ABORDAGEM METODOLÓGICA NO ENSINO SUPERIOR. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 24, n. 3, p. 31–46, 2014. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2696> Acesso em: 16 de março de 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. [Anuário Estatístico da Agricultura Familiar de 2024]. [S. I], 2024. Disponível em: <https://www.fetaesc.com.br/noticia/confira-o-anuario-estatistico-da-agricultura-familiar-de-2024> Acesso em: 28 out. 2024.

FAVARIN, Roque Ademir. **Fundos rotativos solidários**: avanços e limites para a construção de finanças solidárias no Brasil. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193317> Acesso em: 10 de nov. 2024.

FINATTO, R. A., & SALOMANI, G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Sociedade & Natureza, Uberlândia**, 20 (2): 199-217, DEZ. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1982-45132008000200012> Acesso em: 17 de out. 2024.

FREIRE, A. G. **Cordel do Fundo Solidário**: gerando riquezas e saberes – Noções de boas práticas sobre organização e gestão. Gráfica JB: Campina Grande, 2011. 2 ed. Disponível em: [https://aspta.org.br/files/2011/07/cartilha\\_miolo.pdf](https://aspta.org.br/files/2011/07/cartilha_miolo.pdf) Acesso em: 21 dez. 2024.

GAIGER, L. I. G. Empreendimentos econômicos solidários. *In*: HESPANHA, P. et al. Dicionário internacional da outra economia. CES. Edições Alamedina, 2009. p.181-187 <https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf> Acesso em: 22 dez. 2025

GAIGER, L. I. G.; LAVILLE, J-L. Economia Solidária. *In*: HESPANHA, P. et al. Dicionário internacional da outra economia. CES. Edições Alamedina, 2009a. p.162-168. Disponível em: <https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf> Acesso em: 22 dez. 2025.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária no Brasil e o sentido das novas formas de produção não capitalistas. Cayapa. Revista Venezolana de Economía Social, vol. 4, núm. 8, 2004. p. 9-37. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/622/62240802.pdf> Acesso em: 06 jan. 2025.

LEFEBVRE, Henri. Problemas teóricos da autogestão. **GEOgraphia**, Niterói, vol. 19, n. 41, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13824/9027/53207> Acesso: 02 fe. 2025.

LIMA, Claudia. Boas práticas em economia solidária no Brasil. Brasília: CEA, SENAES/MTE, FBES; 2016. Disponível em: <https://fbes.org.br/download/boas-praticas-em-economia-solidaria-no-brasil/> Acesso em: 12 fev. 2025.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Economia solidária**: caderno pedagógico educandas e educandos. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2010-pdf/6013-caderno4-educando-economia-solidaria>. Acesso em: 15 dez. 2024.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Política Nacional de Economia Solidária – Volume 1: Termo de Referência**: Apoio à implantação de ações integradas de economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento territorial sustentável visando à superação da extrema pobreza. Brasília, 2013. Disponível em: <https://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814F00FA3A014F0496938B7DF7/Num%201%20A%20C3%A7%20C3%B5es%20Integradas%20para%20Municipios%20e%20UFs.pdf> Acesso em 15 jan. 2025.

NASCIMENTO, José Edilson do; GOMES, Jaíra Maria Alcobaça; FÉ, Elisângela Guimarães Moura. Fundo rotativo solidário do Quilombo Maranhense Piqui da Rampa: instrumento de finança solidária e autogestão. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 17, n. 1, p. 423-436, jan.-abr. 2021. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6175> Acesso em: 13 de nov. 2024

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/oliveira-como-fazer-pesquisa-qualitativa-pdf-free.html> Acesso em: 10 jan. 2025.

PASCHOAL, Adilson Dias, 1941-192. **História da agricultura: cinco séculos de agricultura**. Adilson Dias Paschoal (in memoriam). Piracicaba : FEALQ, 2024. Disponível em: <https://fealq.org.br/wp-content/uploads/2024/09/Historia-da-Agricultura-Cinco-Seculos-de-Agricultura-no-Brasil-Digital-c.pdf> Acesso em: 05 out. 2024.

PASSOS, Ósia Alexandrina Vasconcelos Duran. **Estudo exploratório em bancos comunitários: conceito, características e sustentabilidade**, 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, Curso Administração, Núcleo de Pós Graduação Em Administração, Salvador, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/8230> Acesso em: 16 jan. 2025.

PINHEIRO, Daniel Calbino. Economia solidária: uma revisão teórica a partir dos seus “múltiplos” conceitos. **Revista NAU Social**, v. 3, n. 5, p. 85-105, 2013. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/index106.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

PINHO, Leonardo. Qual é o Ano Novo para a Economia Solidária no novo governo?. Cefuria, 2019. Disponível em: <https://www.cefuria.org.br/2019/02/14/artigo-qual-e-o-ano-novo-para-a-economia-solidario-no-novo-governo/> . Acesso em: 11 jan. 2025.

PORTO, Pedro Augusto Cruz; OPUSZKA, Paulo Ricardo. Economia solidária, seus princípios e sua extensão como vetor para construção de um novo cidadão. **Revista Jurídica**, v. 1, n. 38. 2015. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1429> Acesso em: 19 dez. 2024.

PROENÇA, Wander de Lara. O método da observação participante: contribuições e aplicabilidade para pesquisas no campo religioso brasileiro. **Revista Aulas**, 2007. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/233383932/proenca-2007-o-metodo-de-observacao-participante-contribuicoes-e-aplicabilidade-para-pesquisas-pdf> Acesso em: 14 fev. 2025.

REGIMENTO Interno: Fundo Sustentável da Agricultura Familiar – FUSAF. Santarém: UFOPA, 2024.

RELATORIO final: Fundo Sustentável da Agricultura Familiar – FUSAF. Santarém: UFOPA, 2024.

RIGO, Ariádne Scalfoni; FILHO, Genauto Carvalho de França. **Bancos comunitários e moedas sociais no Brasil: reflexões a partir da noção de economia substantiva**. Salvador: EDUFBA, 2017. 165 páginas, pdf. - *Coleção E-Livro*. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/24260/5/BancosComunitariosRI.pdf> Acesso em: 04 fev. 2025.

SANTOS Filho, C. dos, & GONÇALVES, A. F. Fundos Rotativos Solidários: dilemas na gestão social de recursos públicos por comunidades rurais no Nordeste do Brasil. **Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios**, Recife, v. II, n. 4, jun. 2011. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/gestaopublica/article/view/1149> Acesso em: 04 out. 2024.

SILVA, Giselle Alves; SANTANA, Neylaine. **Portfólio: Fundo Sustentável da Agricultura Familiar - FUSAF**. Santarém: UFOPA, 2023

SILVA, Sandro Pereira. **Economia solidária e finanças de proximidade: Realidade social e principais características dos empreendimentos de finanças solidárias no Brasil**, Texto para Discussão, No. 2270, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7423/1/td\\_2270.PDF](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7423/1/td_2270.PDF) Acesso em: 04 nov. 2024

SINGER, Paul Israel. Economia solidária contra o desemprego. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 jul. 1996. Seção Índice Geral. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/> Acesso em: 12 nov. 2024.

SINGER, Paul Israel. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/editora/wp-content/uploads/sites/17/2018/04/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf> Acesso: 10 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional: ano base 2019**. Santarém: UFOPA, 2019. Disponível em: [https://arquivos-producao.ufopa.edu.br/arquivos/2022228112cecc5886384bdd0fea6424/PPC\\_GPDR.pdf](https://arquivos-producao.ufopa.edu.br/arquivos/2022228112cecc5886384bdd0fea6424/PPC_GPDR.pdf). Acesso em: 15 de fevereiro de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. [O que é extensão universitária?] Santarém 2025. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/procce/botao-sem-nome/perguntas-frequentes/>. Acesso em: 20 de jan. 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. [Programa de Extensão sobre Economia solidária na Ufopa] Santarém 2021. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/ufopa/comunica/noticias/programa-de-extensao-sobre-economia-solidaria-da-ufopa-lanca-canal-de-podcast/> Acesso em: 16 de março de 2025.

VIANA, André Luciano; VALADARES, Kelly Roselaine. **Economia solidaria o mundo do trabalho: aprender e ensinar**. Novo Hamburgo: Editora, Feevale, 2015. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/40f899f4-1ae6-4a31-8d64-44c74902ad41/Livro%20Economia%20Solidaria.pdf> Acesso em: 08 dez. 2024.

**ANEXOS**

**ANEXO 1: Infográfico FRS**



Fonte: Acervo Fusaf, 2023

**ANEXO 2: Formulário de solicitação de crédito Fusaf.**

**Formulário de Solicitação de Crédito**  
 FUSAF - FUNDO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR  
 FICHA DE SOLICITAÇÃO DE CRÉDITO

Parte 1 - Integrante do Fundo

**Dados Pessoais:**  
 Nome Completo: \_\_\_\_\_  
 CPF: \_\_\_\_\_  
 RG: \_\_\_\_\_  
 Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Estado Civil: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 Telefone: \_\_\_\_\_  
 E-mail: \_\_\_\_\_

**Informações sobre a Atividade:**  
 Atividade: \_\_\_\_\_  
 Necessidade de Crédito: R\$ \_\_\_\_\_  
 Descreva em que atividade(s) produtiva o recurso será aplicado?  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**Formulário de Solicitação de Crédito**

Como o valor será aplicado:

Compra de Equipamentos:

ITEM	VALOR UNIT	QT	VALOR TOTAL

Compra de Insumos/matéria prima:

ITEM	VALOR UNIT	QT	VALOR TOTAL

Compra de itens de suporte à comercialização (embalagens, placas, expositores etc.):

ITEM	VALOR UNIT	QT	VALOR TOTAL

**Formas de Parcelamento:**  
 Quantidade de meses para começar a pagar - Carência: \_\_\_\_\_  
 Quantidade de vezes em que deseja pagar - Quant de parcelas: \_\_\_\_\_

Fonte: Acervo Fusaf, 2024

**ANEXO 3: Convite para assembleia extraordinária Fusaf.**



Fonte: Acervo Fusaf, 2025

**ANEXO 4: Card de divulgação da feijoada - PIEX IV2022**



Fonte: Acervo Fusaf, 2024

**ANEXO 5: Logomarca Fusaf.**



Fonte: Acervo Fusaf, 2024